



A MARCA DA EDUCAÇÃO

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BELO HORIZONTE

Curso de Ciências Contábeis

## **A INFLUÊNCIA DAS IFRS SOBRE A ANÁLISE DOS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS: ESTUDO SOBRE UM BANCO DE CAPITAL ABERTO**

Juliana Barbosa dos Santos<sup>1</sup>

Marilene Carvalho Cantão<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O crescimento global e a maior busca pela integração dos mercados mundiais trouxeram ao Brasil a necessidade de harmonização dos sistemas contábeis, para isso foi necessário readequar as normas brasileiras às normas internacionais de contabilidade, porém este processo de convergência pode dificultar o processo de análise financeira das empresas. Nesse sentido o trabalho propôs analisar as principais alterações sofridas pelo balanço e pela DRE após a entrada do IFRS no Brasil e os impactos que estas normas causaram no cálculo dos indicadores econômico-financeiros de uma instituição bancária. Usando como base uma pesquisa, descritiva, bibliografia, documental e de análise de dados foi possível identificar a relação ou não dos indicadores calculados a partir dos dois padrões contábeis. Depois de identificar estas informações foi possível evidenciar que não há diferenças significativas entre os indicadores calculados com base nas demonstrações de cada padrão.

**PALAVRAS- CHAVE:** IFRS; Normas internacionais de contabilidade; Índices econômico-financeiros.

---

<sup>1</sup> Graduando do curso Ciências Contábeis do Centro Universitário de Belo Horizonte –e-mail: Juliana.santos\_b@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Professor orientador: Graduado em Ciências Contábeis, - e-mail: marilene.cantao@prof.unibh.br  
Av. Prof. Mário Werneck, 1685 - Estoril - CEP: 30455-610 BH/MG  
(31)3319.9500

## 1 INTRODUÇÃO

A contabilidade está inserida no contexto de globalização da economia, principalmente nas movimentações de recursos internacionais e na redução das barreiras comerciais entre vários países.

O crescimento da globalização, e a maior integração entre os diferentes mercados mundiais, trouxeram necessidades da adoção de padrões contábeis unificados, as chamadas normas internacionais de contabilidade IFRS (*Internacional Financial Reporting Standards*).

Essas normas objetivam internacionalizar as informações contábeis, proporcionando maior comparabilidade e confiabilidade, oferecendo maior precisão na análise das demonstrações financeiras das instituições nacionais com suas matrizes no exterior (MADEIRA, 2004, p.82).

Os órgãos reguladores no Brasil como o Conselho Federal de Contabilidade(CFC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) buscam integrar o País nesse contexto de harmonização contábil. Para isso, estes órgãos têm participação relevante na elaboração e discussão dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), cujo principal objetivo deste órgão é a junção da contabilidade brasileira aos padrões internacionais.

O comitê de pronunciamento contábeis através do pronunciamento técnico CPC 26 de 2 de dezembro de 2011 determina que:

Presume-se que a aplicação dos Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações do CPC, com divulgação adicional quando necessária, resulta em demonstrações contábeis que se enquadram como representação apropriada. (CPC, 2011, p. 5)

O comitê de pronunciamento contábeis através do pronunciamento técnico CPC 37 de 5 de novembro de 2010 determina que:

Tem-se por objetivo garantir que as primeiras demonstrações contábeis de uma entidade de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB –Standards Board, doravante referenciadas como IFRS - International Financial Reporting Standards, e as demonstrações contábeis intermediárias 4 CPC\_37(R1) para os períodos parciais cobertos por essas demonstrações contábeis, contenham informações de alta qualidade que:

- (a) sejam transparentes para os usuários e comparáveis em relação a todos os períodos apresentados;
- (b) proporcionem um ponto de partida adequado para as contabilizações de acordo com as IFRSs; e.

(c) possam ser geradas a um custo que não supere os benefícios. (CPC, 2010, p. 3).

Por meio da Instrução da CMV nº 457/07 estabeleceu-se que até o final do exercício de 2010 as companhias abertas deveriam apresentar suas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais. Assim busca-se reduzir o problema de divergência das informações, facilitando a compreensão das informações contábeis das empresas brasileiras em vários países.

Com o fortalecimento dos padrões internacionais de contabilidade, os profissionais da contabilidade precisam se qualificar para atender as demandas. A fim de que efetivamente as demonstrações financeiras apresentadas possam atingir um grau satisfatório de confiabilidade, dando maior transparência e segurança às informações. A Ciência Contábil torna-se cada vez mais reconhecida como linguagem universal de negócios e única capaz de interpretar, de forma homogênea, os fenômenos econômicos envolvidos nessas relações.

Por isso o trabalho se fundamentou sobre o tema: A influência das IFRS sobre a análise dos índices econômico-financeiros: estudo sobre um banco de capital aberto e foi motivado pela importância de conhecer os impactos na comparabilidade das informações sobre a adequada interpretação das demonstrações contábeis frente à convergência ao IFRS.

O objetivo geral do artigo é analisar o impacto nos indicadores econômico financeiros de uma empresa brasileira de capital aberto frente à apresentação das demonstrações contábeis conforme as normas internacionais.

Este estudo abordou os seguintes objetivos específicos: apresentar as principais alterações sofridas pelo balanço após a adoção do IFRS que possam vir a influenciar a análise dos índices financeiros, comparar a estrutura de um balanço no modelo brasileiro com a estrutura utilizada pela contabilidade internacional (IFRS), por fim realizar uma análise se há ou não relação entre os indicadores econômico-financeiros que serão calculados a partir de demonstrações elaboradas de acordo com as normas brasileiras e conforme IFRS.

Tendo em vista as informações que foram apresentadas, levando em consideração as mudanças recentes no cenário contábil, as alterações significativas após a introdução das normas internacionais, e os desafios que as empresas enfrentarão

para se adequar ao IFRS, foi formulado o seguinte problema para direcionar o foco da pesquisa: As alterações nas demonstrações contábeis em função do IFRS causaram algum impacto na análise dos índices econômico-financeiro da empresa?

Para avaliar uma empresa, dentre tantas análises que devem ser feitas é imprescindível uma rigorosa análise dos índices econômico-financeiros do balanço, que permite uma visão da situação econômica e financeira da empresa, assim o trabalho se justifica pela importância de se conhecer as principais alterações feitas no balanço conforme as normas internacionais e a influência que essas alterações trouxeram para o cálculo destes índices.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 CONTABILIDADE INTERNACIONAL

Com a chegada da globalização e o crescente desenvolvimento da internacionalização das empresas, surgiu a necessidade de criação de um padrão internacional que facilitasse o processo de análise e consolidação das demonstrações contábeis dentro das empresas, assim o Brasil passou a sofrer mudanças quanto às normas e práticas contábeis estabelecidas.

Segundo Perez Junior (2009) para atender essa necessidade desenvolveu-se um processo que passou por várias fases, dentre elas a criação do comitê de pronunciamentos contábeis internacional, chamado IASC em inglês (*International Accounting Standards Committee*) em 1973. Em 2001 houve a criação do *International Accounting Standards Board* (IASB) que assumiu as responsabilidades técnicas do IASC, esta criação tinha como objetivo melhorar a estrutura de validação e formulação dos novos pronunciamentos internacionais, que passaram a serem chamados de *International Financial Reporting Standard* (IFRS).

Em 2002, o órgão americano FASB – *Financial Accounting Standards Board*, responsável pela emissão de *United States Generally Accepted Accounting Principles* (USGAAP) (Princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América), celebrou um acordo com o IASB, onde estabeleceu o compromisso dos dois órgãos em harmonizar as normas de USGAAP e de IFRS. Em 2004 o IFRS

publicou algumas normas, dentre elas a IFRS 1 que define os princípios a serem respeitados no processo da primeira publicação de demonstrações financeiras em IFRS. Em 2005 todas as empresas europeias abertas passaram a adotar obrigatoriamente as normas IFRS, neste mesmo ano a Bovespa passou a exigir que companhias abertas brasileiras divulgassem demonstrações de acordo com as normas de IFRS, além de apresentar demonstrações de acordo com a legislação societária brasileira. Em 2007 foi aprovada pelo congresso nacional e sanção presidencial a lei nº 11.638/07 que alterou a lei nº 6.404/76 com o objetivo de harmonizar as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade.

As normas contábeis internacionais (IFRS) começam a alterar a forma como as empresas brasileiras emitem demonstrações financeiras. “O principal benefício é proporcionar critérios de comparabilidade e transparência entre empresas de diferentes países”. (KPMG, 2008, p.04)

Em concordância com a KPMG,Padoveze; Benedicto; Leite (2012) expõem que a contabilidade, através das demonstrações contábeis e outras formas de evidenciação de informações, é a principal ferramenta de divulgação do desempenho empresarial, ao facilitar de maneira eficiente a comunicação da empresa com os diversos usuários de suas informações.

Para a Ernst&Young; FIPECAFI (2010) o que tornou evidente o quanto os países estavam interdependentes, foi a crise econômica mundial, chamando a atenção para a necessidade de uma linguagem contábil única que permitisse a comparação das demonstrações financeiras em diferentes mercados. Para eles o IFRS representa desafios significativos ao promover mudança conceitual na forma de aplicar e interpretar conceitos e transações contábeis.

Após a conclusão do processo de convergência, a conversão de demonstrações contábeis de uma moeda para outra será simplificada, pois não haverá a necessidade de efetuar ajustes de princípios e critérios contábeis. (PEREZ JUNIOR, 2009, p. 4).

## 2.2 AS NORMAS DE CONTABILIDADE E O BRASIL

As normas internacionais de contabilidade ressaltam Ernst&Young; FIPECAFI(2010), ao lado de uma parcela da sociedade brasileira representada pelas entidades contábeis, contadores, auditores, órgãos reguladores, analistas de mercados de capitais e dos usuários de demonstrações financeiras, dedicaram grande parte das duas últimas décadas discutindo a necessidade de modernização da Lei das Sociedades por ações, Lei 6.404/76, visando torná-la responsiva às necessidades locais e globais de informação.

Portanto, em 2000 apresentou-se o Projeto de Lei 3.741, que propôs mudanças na Lei das Sociedades por Ações, buscando modernizar a legislação vigente, acabando com as barreiras regulatórias existentes e tratando de alinhar as normas e práticas contábeis brasileiras às normas internacionais. Após sete anos tramitando na Câmara de Deputados o Projeto de Lei foi aprovado ao final de 2007 e transformou-se na Lei 11.638, sancionada pela Presidência da República em 28 de dezembro de 2007, mesma data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU). Tais mudanças propiciaram, em alguns temas contábeis, a aproximação das normas brasileiras às internacionais e são aplicáveis aos exercícios iniciados a partir de 2008.

Criou-se o CPC 26 para garantir que a primeira demonstração contábil de uma entidade, de acordo com as normas internacionais, tivesse sua apresentação de maneira correta.

Como algumas dessas normas têm como consequência ajustes retrospectivos, o IASB emitiu sua IFRS 1 – First-time Adoption of International Financial Reporting Standards, que tem o objetivo de regular a situação quando a entidade aplica integralmente as Normas Internacionais pela primeira vez. [...] Este Pronunciamento Técnico deve ser aplicado quando a entidade adota as IFRSs pela primeira vez por meio de uma declaração explícita e sem reserva de cumprimento das IFRSs. CPC 37(2010)

Logo no início, identificou-se uma barreira fundamental no entendimento, aceitação e aplicação prática das IFRS no Brasil, de acordo com Ernst&Young; FIPECAFI(2010): o sistema contábil brasileiro, que sempre sofreu forte influência do ambiente fiscal, é fortemente baseado em regras definidas, ao passo que as IFRS têm sido tradicionalmente baseadas em princípios, bem menos detalhadas, com grande ênfase na substância econômica das operações e no exercício de julgamento. A partir de então, os profissionais brasileiros terão que entender essa

estruturação das IFRS e como ela afeta a interpretação e aplicação de cada norma específica.

Sendo fundamentadas em princípios e não em regras, as IFRS representam desafios significativos, ao promover uma mudança conceitual na forma de interpretar conceitos e transações, pois é possível que ao fazer uso do julgamento, duas companhias selecionem práticas distintas de reconhecimento de receitas e mensuração de resultados ou apresentem transações similares de forma diferente. Por isso será exigido de investidores, bancos, órgãos reguladores, auditores, analistas e acadêmicos um esforço adicional na compreensão das demonstrações financeiras cita Ernst&Young; FIPECAFI(2010).

A adoção das IFRS pode vir a afetar os principais indicadores de desempenho, exigindo planos cuidadosos de comunicação para o conselho de administração, os acionistas e outras partes interessadas. Com essas mudanças, pode-se ter um impacto abrangente na infraestrutura interna de uma empresa, que inclui processos, sistemas e controles de suporte e até mesmo contratos e interações com clientes (McMANUS, 2009).

### 2.3 AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONFORME IFRS

As Demonstrações Contábeis são vistas como um conjunto de informações que são divulgadas em cada final de exercício anual pela administração de uma sociedade por ações, que representa a prestação de contas para os sócios e acionistas.

As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. (CPC 26, 2011)

Em concordância com o CPC26 a Ernst &Young; FIPECAFI(2010) diz que a finalidade geral das demonstrações financeiras é fornecer informações sobre a

posição financeira, o desempenho financeiro e o fluxo de caixa de uma entidade, que sejam úteis a uma ampla gama de usuários quando da tomada de decisões do campo da economia.

O CPC 26 relaciona a apresentação das Demonstrações Contábeis com as Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 1.

Esta Norma prescreve a base para a apresentação das demonstrações contábeis para fins gerais, instruções para garantir comparabilidade com as demonstrações financeiras da entidade de períodos anteriores e com as demonstrações financeiras de outras entidades. Estabelece requisitos gerais para a apresentação de demonstrações financeiras, diretrizes para sua estrutura e requisitos mínimos para seu conteúdo. (eIFRS, 2004, tradução nossa).

Muitos países já adotam as IFRS como suas próprias normas, sem modificação ou com pequenas adições e exclusões, valendo, no entanto, a ressalva de que o IASB tem como objetivo a adoção e não a adaptação de seus pronunciamentos.

Portanto, a IAS 1 deve ser aplicada na apresentação de todas as demonstrações contábeis de uso geral, preparadas e apresentadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS). (PADOVEZE; BENEDICTO; LEITE, 2012, p. 75).

Padoveze; Benedicto; Leite (2012) dizem que de acordo com a IAS 1, as demonstrações que devem ser elaboradas e divulgadas ao mercado, inerentes a pelo menos dois exercícios sociais comparativos, são:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa;
- Notas Explicativas;

As demonstrações financeiras são uma representação estruturada da posição financeira e do desempenho financeiro de uma entidade. O objetivo das demonstrações financeiras é fornecer informações sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e fluxos de uma entidade que seja útil a uma vasta gama de usuários na tomada de decisões econômicas. As demonstrações financeiras também mostram os resultados da administração de gestão dos recursos a ela confiados. Para atender a esse objetivo, as demonstrações financeiras fornecem informações sobre uma entidade de:



- (a) ativos;
- (b) passivos;
- (c) da equivalência patrimonial;
- (d) os rendimentos e gastos, incluindo ganhos e perdas;
- (e) contribuições por e distribuições a proprietários na sua qualidade de proprietários; e
- (f) os fluxos de caixa. (eIFRS, 2004, tradução nossa)

“A norma observa que esses dados, junto com outras informações, auxiliam os usuários das demonstrações financeiras a prever os fluxos de caixa futuros de uma entidade, particularmente, quando ocorrerão e grau de certeza”. (ERNST & YOUNG; FIPECAFI, 2010, p.17).

Apesar da importância de se apresentar todas as demonstrações contábeis conforme foi descrito por Padoveze; Benedicto; Leite, este trabalho dará ênfase ao Balanço patrimonial e a DRE.

### 2.3.1 BALANÇO PATRIMONIAL DE ACORDO COM IFRS

O Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis passaram a ser iguais para todos os países a partir da IFRS. O balanço sofreu mudanças que possibilitou ao usuário realizar uma melhor avaliação e análise financeira em balanços de diferentes países. As leis 11638/07 e 11941/09 vieram para auxiliar na conversão da legislação brasileira para IFRS.

A IAS 1 tem por objetivo determinar as bases para apresentação de demonstrações contábeis no sentido de assegurar a comparabilidade tanto entre as demonstrações de períodos anteriores quanto com as demonstrações de outras entidades. Ela estabelece os requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, as diretrizes para as suas estruturas e as exigências mínimas quanto aos seus conteúdos. (LEMES, 2010, p. 7)

A *International Accounting Standard* (IAS 1) trouxe para as demonstrações financeiras grandes mudanças, incluindo novos títulos e alterações nas classificações das contas, inclusive do Balanço Patrimonial.

Assim (PADOVEZE; BENEDICTO; LEITE, p.77, 2012) diz que o balanço patrimonial deve incluir, no mínimo, itens que representem os seguintes montantes:

- a) Máquinas, edifícios e equipamentos;
- b) Ativos intangíveis;
- c) Ativos financeiros;
- d) Investimentos baseados na equivalência patrimonial;
- e) Estoques;
- f) Contas a receber;
- g) Caixa e equivalentes;
- h) Contas a pagar;
- i) Impostos sobre passivos e ativos;
- j) Provisões;
- k) Participações dos acionistas não controladores;
- l) Capital e reservas;
- M) Passivos não correntes com taxas de juros.

O Balanço Patrimonial informa o passado, o presente e principalmente, pode criar informações de natureza futura, ele evidencia a posição patrimonial e financeira da entidade. Marion (2010).

Quadro 1 – Balanço Patrimonial conforme a Lei 6.404/76 e Lei 11.638/07, com alteração da lei 11.941/09

Lei 6.404/76	2013	2012	Lei 11.638/07 / 11.941/09	2013	2012
<b>ATIVO</b>			<b>ATIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>			<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
PERMANENTE			Realizável Longo Prazo		
Investimento			Investimentos		
Imobilizado			Imobilizado		
Diferido			Intangível		
<b>PASSIVO</b>			<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>			<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS			Exigível Longo Prazo		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			Resultado não Realizado		
• Capital Social			Participação dos		
• Reserva de Capital			Acionistas não		
• Reserva de Reavaliação			Controladores		
• Reserva de Lucros			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
• Lucros/Prejuízos Acumulados			Capital Social		
• (-) Ações em Tesouraria			Reserva de Capital		
			Ajustes de Avaliação		
			Reserva de Lucros		
			(-) Ações em Tesouraria		
			(-) Prejuízos Acumulados		

Fonte: elaborado pela autora, a partir da Lei 11.638/07 / 11.941/09 e sobre o livro Elaboração e Análise das demonstrações Contábeis.

Conforme o quadro acima, a estrutura da lei de 1976, sofreu alterações expressivas pela lei 11.638/07 e 11.941/09. Houve uma divisão do circulante e não circulante. Foram extintos do balanço a conta diferido e o grupo permanente. No caso do passivo surgiu a conta ajuste de avaliação, e a conta de lucro acumulado foi eliminada, além da separação em circulante e não circulante.

Conforme o artigo 178 da Lei 11.638/07:

§ 1º No Ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos:

I – ativo circulante;

II – ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

§ 2 No Passivo as contas serão classificadas nos seguintes grupos:

I- passivo circulante,

II- passivo não circulante, e

III- patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, ações em tesouraria e prejuízos acumulados.

As principais diferenças entre a IAS 1 e as normas brasileiras podem ser citadas como: A mudança no balanço patrimonial, que deve conter as contas em ordem decrescente de liquidez.

A divisão do ativo e passivo que antes era de circulantes e não circulantes passou a ser chamada de correntes (curto prazo) e não correntes (longo prazo). As contas que eram estruturadas de acordo com a sua liquidez, na IAS 1 o ativo inicia se com o grupo não corrente, e o passivo começa pelo Patrimônio Líquido e termina com o passivo corrente, ou seja são apresentadas em ordem decrescente de liquidez ou exigibilidade. Enfim, oferece a impressão de que as contas na estrutura da IAS 1 está invertida em relação a lei 11.638/07.

Segundo a (ERNST & YOUNG; FIPECAFI) os ativos e passivos correntes e não correntes devem ser apresentados em classificação separada no corpo da demonstração financeira a fim de atender à exigência básica da norma, abrindo exceção no caso de uma apresentação que baseada na liquidez forneça informações confiáveis e mais relevantes, para este caso todos os ativos e passivos devem ser apresentados em ordem de liquidez. A norma define o ativo não corrente como residual.

A norma usa o termo não corrente para incluir ativos tangíveis, intangíveis e financeiros de longo prazo e não proíbe o uso de descrições alternativas desde que o sentido esteja claro. Uma descrição alternativa comumente vista na prática é o termo ativo fixo. (ERNST & YOUNG; FIPECAFI, 2010 p.10)

No que diz respeito a estoques, a norma que o regulamenta, a IAS 2, diz que o estoque deve ser avaliado ao custo ou pelo valor líquido realizável, dos dois, o menor. Exceção a essa regra, os estoques de ativos biológicos ou minérios podem ser avaliados pelo valor líquido realizável desde que essa prática seja aceita pela indústria.

Para o ativo imobilizado tem-se a IAS 16 que determina que o custo do item deve ser registrado quando for provável que a entidade irá obter benefícios econômicos futuros associados com o ativo. CFC; IBRACON (2006)

Os itens de ativo imobilizado devem ser depreciados pelo período de sua vida útil, e utilizando-se o método de depreciação que melhor reflita a forma como a entidade espera obter os benefícios econômicos a serem gerados pelos ativos, essa depreciação deverá ser realizada anualmente. Na ocasião da baixa do ativo, o saldo da reavaliação será transferido para lucros acumulados. CFC; IBRACON (2006)

Existem muitas diferenças entre a norma IAS 16 e as normas brasileiras aplicadas, como a reavaliação do estoque que é permitida quando positiva de ser registrada dentro do PL contra uma reserva de reavaliação e quando negativa, o valor do ativo deverá ser reduzido na mesma extensão da reserva de reavaliação; registro de previsão de perdas; se for a primeira vez que o ativo for reavaliado não poderá ser contabilizada; a reavaliação deve ser estornada no caso de venda ou baixa do ativo; a reavaliação deve ser efetuada no mínimo a cada quatro anos., uma vez optante pelo registro de valor justo, não poderá retornar ao valor de custo. CFC; IBRACON (2006)

Já a IAS 18 trata da receita que deverá ser quantificada pelo valor justo recebido ou a receber. A receita referente a venda de produtos será reconhecida quando os riscos e benefícios significativos são transferidos ao comprador e a receita referente a prestação de serviços será reconhecida com base no estágio de execução dos serviços. As receitas de juros, *royalties* e dividendos são reconhecidas na seguinte forma: receita de juros é reconhecida utilizando-se o método de juros efetivos, os *royalties* são reconhecidos com base em seu período de competência, de acordo com a substância dos acordos pertinentes; e os dividendos são reconhecidos quando estiver estabelecido o direito de recebimento do acionista (ou quotista). São calculados de acordo com o IAS 39 onde diz que os instrumentos financeiros são

reconhecidos inicialmente quando uma entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento, e são classificados em várias categorias, dependendo do tipo de instrumento, que então determina a mensuração posterior do instrumento (custo normalmente amortizado ou valor justo). Regras especiais aplicam-se a derivativos embutidos e instrumentos de hedge. CFC; IBRACON (2006)

Quadro 2 - Balanço Patrimonial em IFRS

ATIVO	NOTA	2010	2009	PATRIMÔNIO LÍQUIDO E PASSIVO	NOTA	2010	2009
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Imobilizado, Líquido				Capital social			
Investimentos societários				Reservas			
Intangíveis				Lucros acumulados			
Goodwill				Prejuízos acumulados			
Impostos diferidos				Outros resultados abrangentes			
Contas a receber				<b>Subtotal</b>			
Ativos financeiros				<b>Part. dos acionistas não controladores</b>			
Outros ativos				<b>Total do patrimônio líquido</b>			
<b>ATIVO CORRENTE</b>				<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>			
Estoques				Empréstimos			
Contas a receber				Financiamentos			
Ativos financeiros				Impostos diferidos			
Caixa e equivalentes				Provisão para contingências			
				Receitas diferidas líquidas			
				<b>PASSIVO CORRENTE</b>			
				Fornecedores			
				Salários a pagar			
				Impostos a pagar			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>				<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQ. E PASSIVO</b>			

Fonte: Padoveze; Benedicto; Leite (2012).

Para Padoveze; Benedicto; Leite (2012) de acordo com as regras do IFRS:

Informações comparativas devem ser divulgadas em relação ao período anterior, para todos os valores incluídos nas demonstrações contábeis, a menos que uma norma permita ou exija outra forma.

Cada componente das demonstrações deve ser identificado claramente, considerando o nome da empresa; o componente individual ou de grupo consolidado; a data do componente; a moeda de apresentação e o nível de arredondamento usado nos valores apresentados em cada um dos componentes.

### 2.3.2 DRE EM IFRS

A demonstração do resultado é de grande importância sob as diretrizes da IAS1.

A entidade deve apresentar os itens de receita e despesas, pois eles são os elementos utilizados para gerar o resultado do período. O lucro ou resultado de uma entidade é utilizado como uma medida de desempenho em determinado período ou como base para outras medidas. Mourad; Paraskevopoulos (2010)

Segundo o IAS 1, todos os itens de receitas e de despesas reconhecidos no período devem ser incluídos nos resultados, a menos que uma norma ou interpretação exija de outro modo, como é o caso, por exemplo, do resultado de reavaliação de ativos (IAS16), ganhos ou perdas na conversão de informações contábeis de investimentos no exterior (IAS 21) ou de ativos financeiros disponíveis para venda (IAS 39).

As receitas e despesas podem ser apresentadas na demonstração dos resultados de diferentes maneiras para fornecer informações para a tomada de decisões. É prática comum fazer a distinção entre as rubricas de receitas e despesas que surgem no decorrer das atividades daquelas receitas e despesas que não fazem parte do resultado operacional da entidade. (MOURAD; PARASKEVOPOULOS, 2010, p. 25).

O comitê de pronunciamento contábeis através do pronunciamento técnico o CPC 26 de 2 de dezembro de 2011 determina sobre as rubricas que devem ser incluídas a fim de obedecer as determinações legais.

- Receitas;
- Custo dos produtos, das mercadorias ou dos serviços vendidos;
- Lucro bruto;
- Despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais;
- Parcela dos resultados de empresas investidas reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial;
- Resultado antes das receitas e despesas financeiras
- Despesas e receitas financeiras;
- Resultado antes dos tributos sobre o lucro;
- Despesa com tributos sobre o lucro;
- Resultado líquido das operações continuadas;
- Valor líquido dos seguintes itens:
- Resultado líquido após tributos das operações descontinuadas;
- Resultado após os tributos decorrente da mensuração ao valor justo menos despesas de venda ou na baixa dos ativos ou do grupo de ativos à disposição para venda que constituem a unidade operacional descontinuada.
- Resultado líquido do período. (BRASIL, 2011)

Para MOURAD; PARASKEVOPOULOS as receitas representam a entrada bruta para a entidade de benefícios econômicos durante o período, resultam da atividade corrente e englobam receitas e ganhos. Algumas das receitas que devem ser incluídas são:

- Receitas de vendas
- Receitas de taxas de serviços cobrados de terceiros
- Receitas de juros de ativos financeiros
- Dividendos
- Receitas de royalties
- Receitas de aluguel em leasing operacional

Os ganhos podem surgir no curso normal das atividades e representam outros itens, são exibidos separadamente das demonstrações, pois saber o quanto esses ganhos irão impactar no resultado é de grande importância para a tomada de decisões.

A ias 1 estabelece que os componentes do desempenho financeiro podem diferir em termos de frequência, potencial de ganho ou perda e previsibilidade e exige que as despesas sejam subclassificadas de modo a ressaltar essas diferenças. Em função disso, a norma exige a apresentação de uma análise de despesas usando uma classificação baseada na natureza das despesas ou em sua função na entidade, o que quer que forneça informações confiáveis e relevantes. (ERNEST & YOUNG, 2010, p.27).

O método mais simples é aplicado por sua “natureza”, onde as despesas são agregadas à demonstração do resultado de acordo com sua natureza sem qualquer alocação às funções na companhia (ex: salários e benefícios). Padoveze; Benedicto; Leite (2012).

Quadro 3 – DRE por Natureza

<b>Demonstração de resultado Por natureza</b>	<b>Nota</b>	<b>2010</b>	<b>2009</b>
<b>Receitas de vendas</b>			
(-)custo de vendas			
(-)depreciação, exaustão e amortização			
(-)despesas com pessoal, administrativa e comerciais			
(-)outras despesas			
(+)outras receitas			
<b>(=)lucro operacional líquido</b>			
(+/-)resultado de equivalencia patrimonial			
(+)receitas financeiras			
(-)despesas financeiras			
(+/-)variações cambiais líquidas			
<b>(=)lucro antes do imposto de renda</b>			
(-)imposto de renda corrente			
(+/-)imposto de renda diferido			
<b>Lucro líquido do período</b>			
<b>Lucro líquido atribuível a cada categoria de ações:</b>			
ações preferenciais			
ações ordinárias			
<b>Lucro líquido por ação:</b>			
ação preferencial			
ação ordinária			

FONTE: Padoveze; Benedicto; Leite (2012)

A análise feita pela “função” ocorre quando as despesas são alocadas avárias funções da companhia (ex: custos de vendas). Para estes casos é necessário a divulgação de informações adicionais de acordo com sua natureza, incluído despesas de depreciação, amortização e custos de relatórios. Padoveze; Benedicto; Leite (2012).



Quadro 4 - DRE por Função

Demonstração de resultado por função	Nota	2010	2009
<b>Receita de vendas</b>			
(-)custo de venda			
<b>(=) lucro bruto</b>			
(-) despesas operacionais(administrativas,comercias, etc)			
(-)outras despesas			
(+)outras receitas			
<b>(=)lucro operacional líquido</b>			
(+/-)resultado de equivalencia patrimonial			
<b>(=)lucro antes do resultado financeiro</b>			
(+)receitas financeiras			
(-)despesas financeiras			
(=/-)variações monetárias líquidas			
(+/-)ganhos e perdas com derivados			
(+/-)variações cambiais líquidas			
<b>(=)lucro antes do imposto de renda</b>			
(-)imposto de renda corrente			
(+/-)imposto de renda diferido			
<b>Lucro líquido do período</b>			
<b>Lucro líquido atribuível a cada categoria de ações:</b>			
ações preferenciais			
ações ordinárias			
<b>Lucro líquido por ação:</b>			
ação preferencial			
ação ordinária			

FONTE: Padoveze; Benedicto; Leite (2012)

### 2.3.3 CONVERSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Conversão é o processo de redeclarar informação financeira de demonstrações contábeis de uma moeda corrente para outra. É converter demonstrações contábeis expressas em uma moeda corrente para uma moeda estrangeira. (PADOVEZE; BENEDICTO; LEITE 2012)

Os principais objetivos da conversão das demonstrações contábeis para Perez Junior (2009, p. 146) são:

- a) Permitir ao investidor estrangeiro melhor acompanhamento de seu investimento, já que as demonstrações convertidas estarão expressas na moeda corrente de seu próprio país.
- b) Possibilitar a aplicação do método da equivalência patrimonial sobre os investimentos efetuados em diversos países.
- c) Possibilitar a consolidação e combinação de demonstrações contábeis de empresas situadas em diversos países.

Já Padoveze; Benedicto; Leite (2012, p. 416) defende que as principais razões do processo de conversão de demonstrações contábeis em moeda estrangeira são:

- d) Obter informações extraídas das demonstrações contábeis expressas em moeda forte;
- e) Analisar o desempenho econômico-financeiro das subsidiárias espalhadas pelo mundo em uma única moeda
- f) Avaliar os resultados das operações independentes realizadas no exterior;
- g) Permitir ao investidor estrangeiro melhor acompanhamento de seu investimento;
- h) Possibilitar a consolidação e combinação de demonstrações contábeis de empresas localizadas em vários países ao redor do mundo
- i) Possibilitar a aplicação do método da equivalência patrimonial sobre os investimentos realizados em vários países.

## 2.4 INTERPRETAÇÃO DOS ÍNDICES FINANCEIROS

Um dos principais instrumentos para avaliação de certos aspectos do desempenho da empresa é a análise de índices econômico-financeiros, calculados basicamente a partir das contas das demonstrações contábeis.

Marion (2010) esclarece que todas as demonstrações contábeis devem ser analisadas, porém maior ênfase é dada para o Balanço e para a Demonstração do resultado, uma vez que por meio delas, são evidenciadas de forma objetiva a situação financeira (identificada no BP) e a situação econômica (identificada no BP, em conjunto, na DRE).

Índice é a relação entre contas ou grupos de contas das demonstrações financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa, seu cálculo geralmente é feito por meio de divisão de saldo de um item contábil pelo saldo do outro, dependendo sua interpretação do conhecimento do conteúdo desses itens. (PEREZ, BEGALLI, 2009)

A transformação dos dados em índices de evidência, permite de forma mais clara, a situação econômico-financeira da empresa.

#### 2.4.1 ÍNDICES DE LIQUIDEZ

Para Perez Junior (2009) os índices de liquidez (Situação Financeira) de uma empresa são medidos pela capacidade de pagamento de suas obrigações. Constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos, procurando medir quão sólida ela é. Refletem a situação estática de condição de solvência das obrigações.

Índice de liquidez corrente (LC) mede a capacidade de pagamento da empresa em curto prazo, utiliza a formula:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Indica o quanto a empresa possui no Ativo Circulante para cada \$ 1,00 de Passivo Circulante.

Índice de Liquidez Geral: Reflete a capacidade de pagamento da empresa a curto prazo e longo prazo.

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

Indica quanto ela possui de ativos realizáveis no curto e longo prazo para cada um real de dívida com terceiros. (Perez Junior, 2009)

#### 2.4.2 ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

Índices de endividamento geral mostram o grau de endividamento da empresa. A análise desse indicador por diversos exercícios mostra a política de obtenção de

recursos da empresa. Isto é, se a empresa vem financiando o seu Ativo com Recursos Próprios (Patrimônio Líquido) ou de Terceiros (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo) e em qual proporção. Silva (2012)

$$\text{Endividamento Geral} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível Longo Prazo} \times 100}{\text{Ativo total (ou Passivo Total)}}$$

Índice de Imobilização dos recursos não correntes indica quais os percentuais de recursos não correntes foram aplicados no ativo permanente.

$$\text{Recursos não correntes} = \frac{\text{ATIVO PERMANENTE}}{\text{P. LIQUIDO} + \text{P. EXIGÍVEL LONGO PRAZO}}$$

Não é necessário financiar todo o Imobilizado com Recursos Próprios. É perfeitamente possível utilizar recursos de Longo Prazo, desde que o prazo seja compatível com o de duração do Imobilizado, ou então que o prazo seja suficiente para a empresa gerar recursos capazes de resgatar as dívidas de Longo Prazo. Silva (2012)

### 2.4.3 ÍNDICES DE DESEMPENHO ECONÔMICO

Estes índices de rentabilidade são usados para medir a capacidade econômica da empresa, demonstram o grau de êxito econômico obtido pelo capital investido. Eles têm como objetivo avaliar os resultados obtidos em relação a determinados parâmetros que melhor revelam suas dimensões.

Retorno sobre o Ativo (ROA) refere-se ao retorno gerado pelas aplicações realizadas por uma empresa em seus ativos. Silva (2012)

Indica o retorno gerado por cada \$ 1,00 investido pela empresa

$$\text{ROA} = \frac{\text{Lucro Operacional}}{\text{Ativo Total Médio}}$$

Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (ROE), para Silva (2012) este índice trata sobre o retorno do capital próprio aplicado na empresa. É um índice muito importante para os acionistas, pois mostra o retorno do investimento que foi feito por eles.

Mostra o quanto os acionistas tiveram de retorno para cada \$ 1,00 de recursos próprios (patrimônio líquido) investido na empresa.

$$\text{ROE} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}}$$

O trabalho utilizou apenas os índices acima, levando em consideração a relevância dos mesmos e considerando a dimensão do trabalho, que não permitiu uma pesquisa mais ampla de outros índices.

### **3. METODOLOGIA**

GIL (2002), diz que as pesquisas são classificadas segundo seus objetivos: Exploratórias, descritivas e explicativas. Sendo assim, e conforme dito por Sampieri, Collado e Lucio (2006), as pesquisas descritivas pretendem medir ou coletar informações de maneira independente ou conjunta sobre os conceitos ou variáveis a que se referem, este trabalho utiliza o modelo descritivo, pois sua intenção é identificar se existem diferenças entre a norma contábil internacional e a nacional, e quais impactos essas mudanças podem trazer para os indicadores financeiro-econômicos das empresas.

Conforme Vergara (2000) as pesquisas são classificadas como: pesquisa de campo, pesquisa de laboratório, documental, de levantamento, bibliográfica, experimental, *ex-post-facto*, participante, pesquisa-ação e estudo de caso. Para analisar os demonstrativos contábeis expostos neste trabalho, foi adotado o método bibliográfico e documental, realizando estudos em livros, artigos, consultas a internet, e notícias em geral a fim de ter uma análise crítica das vantagens e desvantagens das mudanças da harmonização contábil proposta pela IFRS.

A pesquisa documental se baseou nos resultados contábeis dos anos de 2012 e 2013 do *Bank ofTokyoMitsubishi UFJ*, uma instituição financeira com sede no Japão que resulta de diversas fusões e incorporações de instituições financeiras reconhecidas no Japão e no mundo, ocorridas ao longo de mais de 130 anos.

Para a conclusão analítica, foram utilizados apenas os indicadores de desempenho conforme quadro abaixo, levando em consideração a sua relevância e a dimensão do trabalho que não possibilita analisar todos os indicadores pertinentes a uma análise financeira :

Quadro 5 – Indicadores de desempenho

<b>Grupo de Indicadores</b>	<b>Indicador de Desempenho</b>	<b>Fórmula</b>
Indicadores de Endividamento	Endividamento Geral	$((PC + PELP) / AT) \times 100$
	Imobilização dos Recursos Permanentes – IRP	$(AP / (PELP + PL)) \times 100$
Indicadores de Liquidez	Liquidez Geral – LG	$(AC + ARLP) / (PC + PELP)$
	Liquidez Corrente – LC	$AC / PC$
Avaliação do Desempenho Econômico	Retorno sobre o Ativo – ROA	$(LL / AT) \times 100$
	Retorno sobre o Patrimônio Líquido – ROE	$(LL / PL) \times 100$
Legenda: AC = Ativo Circulante; LL = Lucro Líquido; PC = Passivo Circulante; AP = Ativo Permanente; PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo; ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo; PL = Patrimônio Líquido; AT = Ativo total; PT = Passivo total.		

Fonte: Klann et al. (2008).

## 4 DADOS E ANÁLISE DE PESQUISA

### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA SOCIEDADE

O banco de Tokyo mitsubishi UFJ Brasil S/A é constituído sob a forma de sociedade por ações e domiciliado no Brasil, sua matriz está localizada no Japão, a instituição é resultado de diversas incorporações de outras instituições financeiras reconhecidas no Japão e no mundo, em um processo de mais de 130 anos. No

Brasil eles detêm ações ordinárias do Banco Bradesco S.A, desenvolvem todas as atividades permitidas às instituições bancárias, além de operar como financeira múltipla com atividades de carteira comercial, de investimento, de crédito, financiamento, investimento, carteira de cambio.

O banco aplicou o IFRS na preparação das demonstrações financeiras em 2013, cobertas pelo IAS 1 “adoção pela primeira vez das normas internacionais de relatório financeiro”, por se tratar da primeira apresentação em IFRS. A data de transição do banco é de 1º janeiro de 2012, nesta data o banco preparou o balanço segundo o IFRS.

#### Quadro 6 – Balanço Patrimonial em IFRS

Balanços patrimoniais do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A em 31 de dezembro de 2013 e 2012 em IFRS  
(Em milhares de Reais)

	2013	2012		2013	2012
<b>Ativo</b>			<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		
<b>Caixa e reserva em Banco Central</b>	<b>73.834</b>	<b>54.147</b>	Passivos financeiros ao valor justo através do resultado	<b>1.022.796</b>	<b>515.863</b>
<b>Ativos financeiros ao valor justo através do resultado</b>	<b>63.310</b>	<b>118.426</b>	Instrumentos financeiros derivativos	268.591	60.242
Títulos e valores mobiliários	50.351	93.269	Obrigações por empréstimos no exterior	754.205	455.621
Instrumentos financeiros derivativos	12.959	25.157	Passivos financeiros ao custo amortizado	<b>2.932.063</b>	<b>2.252.360</b>
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>1.140.836</b>	<b>874.725</b>	Depósitos de clientes	2.039.647	1.356.282
Títulos e valores mobiliários	1.140.836	874.725	Depósitos de instituições financeiras	57	35
<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>3.804.898</b>	<b>2.807.783</b>	Captações no mercado aberto	148.510	227.018
Aplicações em operações compromissadas	2.390.142	1.843.027	Obrigações por empréstimos e repasses	743.849	669.025
Aplicações em depósitos interfinanceiros	55.469	19.717	Provisão para passivos contingentes e fiscais	<b>73.104</b>	57.663
Aplicações em moedas estrangeiras	62.978	39.575	Tributos a recolher	<b>32.622</b>	<b>31.597</b>
Operações de crédito	1.301.690	909.73	Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>7.108</b>	-
Provisão para redução ao valor recuperável	-5.381	-4.266	Outros passivos	<b>101.884</b>	<b>83.264</b>
<b>Ativo imobilizado</b>	<b>31.356</b>	<b>23.288</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>4.169.577</b>	<b>2.940.747</b>
<b>Ativos intangíveis</b>	<b>23.802</b>	<b>17.015</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>1.147.178</b>	<b>1.101.748</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido</b>	<b>-</b>	<b>3.903</b>	Capital social	853.071	853.071
<b>Outros ativos</b>	<b>178.719</b>	<b>143.208</b>	Ações em tesouraria	-3.906	-3.906
			Reservas de capital	5.103	5.103
			Reservas de lucros	291.882	258.287
			Ajustes de avaliação patrimonial	1.028	-10807
<b>Total do ativo</b>	<b>5.316.755</b>	<b>4.042.495</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>5.316.755</b>	<b>4.042.495</b>

Fonte: RELATÓRIO FINANCEIRO BANCO TOKYO-MITSUBISHI UFJ BRASIL S.A.

De acordo com o IAS 01 e CPC 26-itens 60 a 76, a demonstração deveria conter a qualificação de corrente e não corrente ou circulante e não circulante o que não aconteceu para o balanço apresentado, dessa forma ele não apresenta a estrutura adequada às normas internacionais e brasileiras de contabilidade.

Particularmente, a IFRS requer que uma entidade faça o seguinte na demonstração da posição financeira de abertura de acordo com as IFRSs que ela elabora como ponto de partida para a sua contabilização de acordo com as IFRSs:

- (a) reconhecer todos os ativos e passivos cujo reconhecimento é requerido pelas IFRSs;
- (b) não reconhecer itens como ativos ou passivos se as IFRSs não permitirem esse reconhecimento;
- (c) reclassificar itens que reconheceu conforme os Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos (PCGAs) anteriores como um tipo de ativo, passivo ou componente do patrimônio líquido, mas que é um tipo diferente de ativo, passivo ou componente do patrimônio líquido de acordo com as IFRSs; e
- (d) aplicar as IFRSs ao mensurar todos os ativos e passivos reconhecidos. (IFRS,2013, p.01)

O banco apresentou também o mesmo relatório financeiro conforme diretrizes contábeis citadas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Quadro 7 – Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2013/2012 em normas brasileiras

	2013	2012		2013	2012
<b>Ativo</b>			<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		
<b>Caixa e reserva em Banco Central</b>	<b>73.834</b>	<b>54.147</b>	Passivos financeiros ao valor justo através do resultado	<b>1.022.796</b>	<b>515.863</b>
<b>Ativos financeiros ao valor justo através do resultado</b>	<b>63.310</b>	<b>118.426</b>	Instrumentos financeiros derivativos	268.591	60.242
Títulos e valores mobiliários	50.351	93.269	Obrigações por empréstimos no exterior	754.205	455.621
Instrumentos financeiros derivativos	12.959	25.157	Passivos financeiros ao custo amortizado	<b>2.931.976</b>	<b>2.249.840</b>
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	<b>1.140.836</b>	<b>874.725</b>	Depósitos de clientes	2.039.647	1.356.282
Títulos e valores mobiliários	1.140.836	874.725	Depósitos de instituições financeiras	57	35
<b>Empréstimos e recebíveis</b>	<b>3.795.610</b>	<b>2.802.205</b>	Captações no mercado aberto	148.510	227.018
Aplicações em operações compromissadas	2.390.142	1.843.027	Obrigações por empréstimos e repasses	743.762	666.505
Aplicações em depósitos interfinanceiros	55.469	19.717	Provisão para passivos contingentes e fiscais	<b>76.742</b>	61.088
Aplicações em moedas estrangeiras	62.978	39.575	Tributos a recolher	<b>32.622</b>	<b>31.597</b>
Operações de crédito	1.301.690	908.505	Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>15.554</b>	<b>6.969</b>
Provisão para redução ao valor recuperável	-14.664	-8.619	Outros passivos	<b>101.769</b>	<b>80.262</b>
<b>Ativo imobilizado</b>	<b>31.356</b>	<b>23.288</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>4.181.459</b>	<b>2.945.619</b>
<b>Ativos intangíveis</b>	<b>23.802</b>	<b>17.015</b>	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>1.139.423</b>	<b>1.097.244</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido</b>	<b>13.616</b>	<b>13.874</b>	Capital social	853.071	853.071
<b>Outros ativos</b>	<b>178.518</b>	<b>139.183</b>	Ações em tesouraria	-3.906	-3.906
			Reservas de capital	5.103	5.103
			Reservas de lucros	285.279	242.720
			Ajustes de avaliação patrimonial	-124	256
<b>Total do ativo</b>	<b>5.320.882</b>	<b>4.042.863</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>5.320.882</b>	<b>4.042.863</b>

Fonte: RELATÓRIO FINANCEIRO BANCO TOKYO-MITSUBISHI UFJ BRASIL S.A.

Com a finalidade de identificar se essas alterações influenciam no resultado da instituição, o trabalho utilizou o método de pesquisa bibliográfico e documental, além de pesquisa descritiva e análise para identificar as diferenças entre as



demonstrações apresentadas, dando ênfase apenas as alterações mais relevantes das demonstrações. O local escolhido para obtenção dos dados foi à instituição financeira na qual o autor trabalha, pois tem ligação com a instituição estudada o que permitiu maior acessibilidade às informações.

### 4.3 AVALIAÇÃO DAS ALTERAÇÕES SOFRIDAS

Foi possível identificar as seguintes alterações:

No caso da taxa de conversão para fins de normas brasileiras, as operações ativas e passivas em moeda norte americana são convertidas na data de fechamento definida pelo banco central, no caso do IFRS os itens monetários em moeda estrangeira foram convertidos utilizando a taxa de fechamento no final de cada período do relatório.

Em normas brasileiras a provisão para perdas por redução ao valor recuperável de operações de crédito é constituída com base na análise dos riscos de realização das operações, em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas, já em IFRS, a provisão foi estabelecida com base no histórico de perdas e outras informações conhecidas por ocasião da avaliação.

As provisões para garantias financeiras prestadas a terceiros utilizada nos bancos, para fins de IFRS, após o reconhecimento inicial destas garantias a valor justo, deve ser mensurado as operações pelo maior valor reconhecido como “rendas a apropriar” e ao apropriar faz-se necessário deduzir a amortização acumulada ou o valor estimado de gastos exigido, caso o banco entenda ser provável o fluxo de saídas de recursos. Em normas brasileiras estas garantias são controladas através de contas de compensação, suas tarifas são reconhecidas no resultado durante o período de vigência da garantia.

Outra importante alteração para o banco foi nas contas de “plano de benefício definido” pois em 2012 o banco passou a reconhecer para fins de normas brasileiras um passivo atuarial, referente a plano de benefício definido o qual é patrocinador.

Para o IFRS os ganhos e perdas atuarias em função de plano de benefício devem ser reconhecidos em contas de ajuste de avaliação patrimonial.

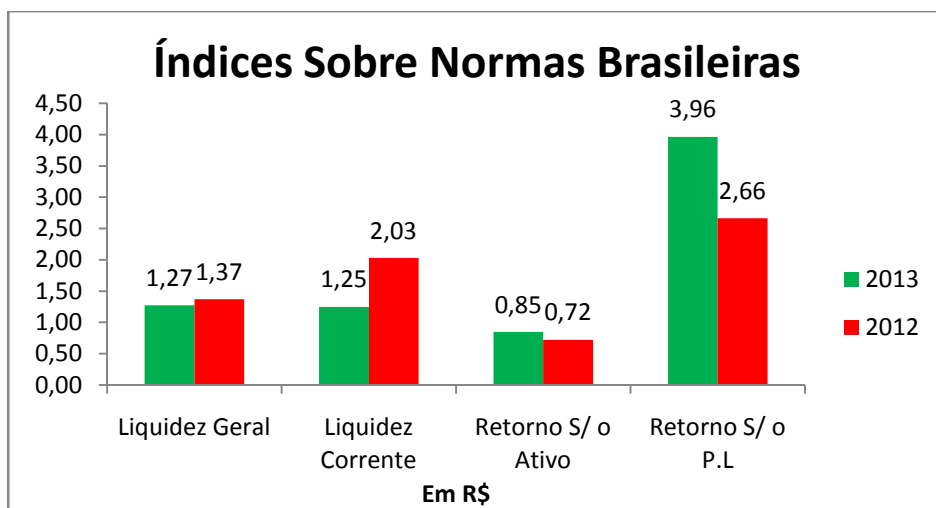
#### 4.4 AVALIAÇÕES DOS ÍNDICES

Os índices referem-se à relação entre as contas do mesmo grupo ou contas de grupos diferentes que compõem as Demonstrações Financeiras. Através deles é possível ter uma visão detalhada da situação econômica ou financeira da empresa.

Os índices são relações que se estabelecem entre duas grandezas; facilitam sensivelmente o trabalho do analista, uma vez que apreciação de certas relações ou percentuais é mais significativa (relevante) que a observação de montantes, por si só. (MARION, 2010, p. 24)

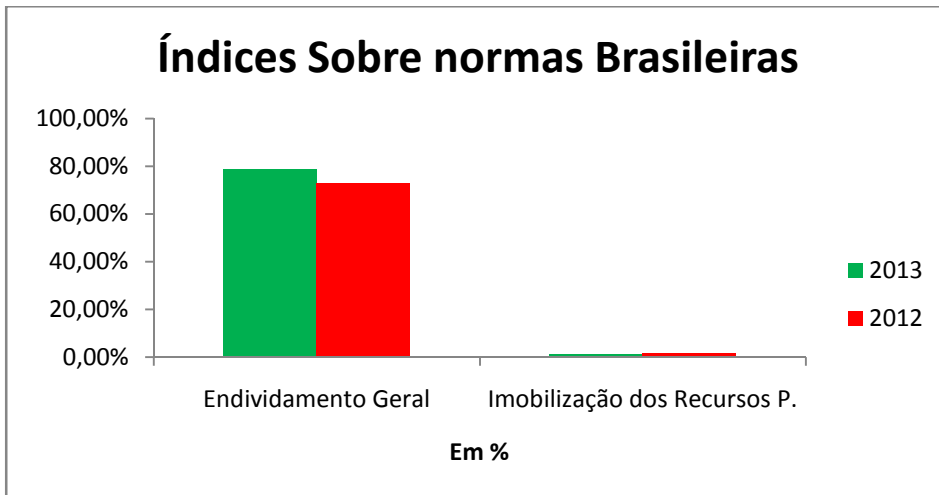
Abaixo foi realizado o cálculo dos índices nos dois padrões separadamente, a fim de trazer uma visão ampla de algumas contas de maior relevância nas demonstrações do banco.

Gráfico 1 – Padrão Brasileiro – Índices de desempenho



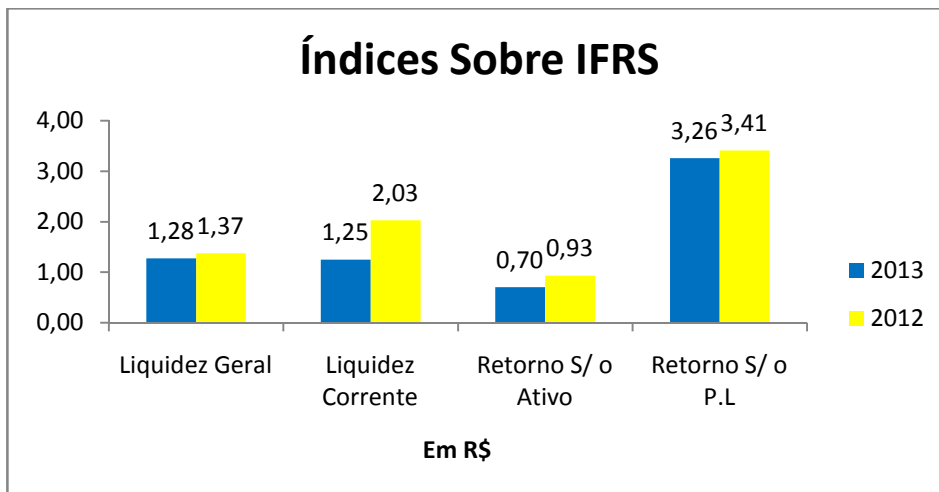
Fonte: Dados da Pesquisa 2014  
Valores arredondados para duas casas decimais

Gráfico 2 – Padrão Brasileiro – Índices de desempenho



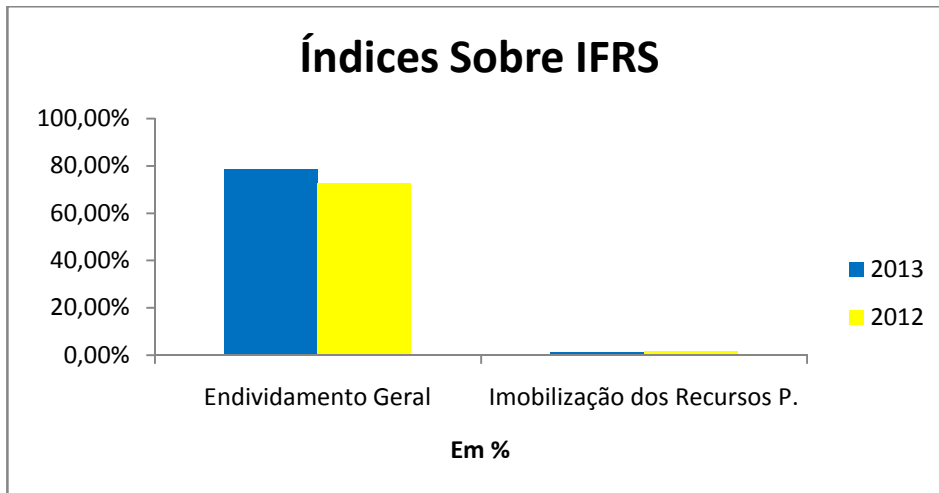
Fonte: Dados da Pesquisa 2014  
Valores arredondados para duas casas decimais

Gráfico 3 – PadrãoIFRS - Índices de desempenho



Fonte: Dados da Pesquisa 2014  
Valores arredondados para duas casas decimais

Gráfico 4 – PadrãoIFRS - Índices de desempenho



Fonte: Dados da Pesquisa 2014  
Valores arredondados para duas casas decimais

Ao analisar os índices em cima do balanço e DRE em modelo brasileiro é possível identificar no que diz respeito à liquidez que a empresa possuía em 2012 R\$ 1,37 de ativo circulante + realizável a longo prazo para cada R\$ 1,00 de dívida total, este número caiu um pouco em 2013 para R\$ 1,27, no balanço em IFRS o número permaneceu o mesmo em 2012, em 2013 sofreu um pequeno aumento de R\$ 0,01 o que mostra que o banco possui condições de liquidar suas dívidas sem precisar utilizar o seu ativo permanente.

No caso da liquidez corrente a posição para as duas demonstrações é positiva, pois não sofreram alterações, em 2012 para cada R\$ 1,00 de passivo circulante a instituição possuía R\$ 2,03 de ativo e em 2013 este número era de R\$ 1,25 para cada R\$ 1,00, o que mostra a capacidade da empresa de pagar suas obrigações de curto prazo.

Os índices de liquidez são considerados satisfatórios quando constatado que aumentos ou reduções no valor de Ativos Circulantes não comprometem a capacidade de pagamento da empresa nem representam perdas financeiras pelo uso ineficiente de caixa. (SANTOS, p 111, 2012)

Para os índices de rentabilidade identificou-se também uma situação positiva da instituição, pois nas demonstrações apresentadas de acordo com as normas brasileiras no ano de 2012, a capacidade de gerar lucro da instituição era de R\$ 2,66 e 2013 R\$ 3,26 para cada R\$ 1,00 de capital próprio investido, este número ao analisar em IFRS aumentou em 2012 e caiu em 2013, mas o Banco continuou a gerar lucro.

Ao medir a capacidade de resultado produzido pela empresa em suas atividades em relação ao ativo, identificou-se que ela não obtém lucro suficiente em relação ao investimento total, pois em 2012 ela teve R\$ 0,93 e em 2013 R\$ 0,70 de lucro para cada R\$1,00 de investimento total, se analisada sobre as demonstrações em IFRS.

A análise isolada dos Índices de Rentabilidade pode mascarar a real situação financeira da empresa, uma vez que eles são calculados sobre o lucro líquido, que pode ser manipulado com a venda de ativos produtivos para pagamento de despesas financeiras. Nesse caso, o que se recomenda é o cálculo da rentabilidade baseando-se no lucro operacional. (SANTOS, p 120, 2012)

Para os índices de endividamento nota-se que a empresa está comprometida em 72% em 2012 e 78% em 2013 com dívidas de curto prazo, para os dois modelos, além de ter investido 1,66% e 1,28% de aplicações no ativo permanente em relação ao passivo + PL.

Em seguida foi feito o cálculo das diferenças dos indicadores em percentuais das demonstrações nos dois padrões. Conforme o quadro 3, os indicadores apresentam variações, sendo negativas e positivas. Ao ser analisado o retorno sobre o patrimônio líquido em 2012 é possível identificar que houve um aumento positivo de 0,75 no IFRS em relação às normas brasileiras, assim como no caso do retorno sobre o ativo deste mesmo ano que trouxe um aumento de 0,21 em relação ao balanço em normas contábeis brasileiras.

Quadro 8 – Padrão Brasileiro X IFRS - Diferenças entre os indicadores de desempenho 2013/2012

Índices	IFRS	BRASIL	IFRS	BRASIL
	2013		2012	
END	78,42%	78,59%	72,75%	72,86%
IRP	1,28%	1,28%	1,66%	1,66%
LG	1,28	1,27	1,37	1,37
LC	1,25	1,25	2,03	2,03
ROA	0,70	0,85	0,93	0,72
ROE	3,26	3,96	3,41	2,66

Fonte: Dados da Pesquisa.

Valores arredondados para duas casas decimais

Foi possível identificar que apenas os índices de liquidez e o de imobilização dos recursos permanentes não sofreram alterações ao serem analisados em IFRS e dentro das normas brasileiras, não permitindo que haja alteração no resultado do banco, que mostrou ter capacidade de honrar suas obrigações, se mostrando sólido.

Os índices de endividamento sofreram alterações insignificantes, mostrando que as demonstrações ao serem analisadas nos dois padrões permitem para ambos, identificar que o banco tem utilizado muito de capital de terceiros para financiar os seus ativos. Os índices de retorno sobre o ativo e sobre o patrimônio líquido foram os mais afetados, sofrendo queda no cálculo de 2013 e um aumento em 2012, ambos significativos.

A partir destes índices foi possível revelar que a adoção parcial das normas internacionais no banco analisado não proporcionou grandes impactos na representação da situação econômico-financeira da instituição, levando em consideração as diferenças entre as normas brasileiras e internacionais. Pode-se dizer que para este banco é vantajoso a apresentação das demonstrações em padrões internacionais, pois não traz alteração para as algumas contas analisadas e para as outras, as alterações são positivas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início da pesquisa foi proposto verificar se a adoção das normas internacionais de contabilidade propiciaram impactos significativos nos indicadores econômico-financeiros de uma instituição financeira referente às demonstrações contábeis do exercício de 2013/2012, que foram reapresentadas conforme normas contábeis brasileiras e IFRS possibilitando a comparabilidade das informações.

Com a aplicação de uma pesquisa descritiva, bibliográfica e documental, além de uma análise nas variáveis dos indicadores econômico-financeiros, foi possível observar que a adoção das normas IFRS não trouxe grandes alterações no cálculo dos índices, assim a instituição não foi afetada de maneira negativa por essas alterações. Porém as aplicações das normas internacionais trazem alguns conflitos

com princípios contábeis estabelecidos no Brasil, como por exemplo, a avaliação de ativos pelo valor justo, que vai de encontro aos Princípios do Registro pelo Valor Original e da Prudência.

Outras divergências que foram vistas foram em relação a exigência de divulgação no corpo das demonstrações contábeis de algumas informações pontuais.

Conclui-se que a adoção parcial das normas internacionais não altera de maneira significativa a análise financeira da instituição, levando em consideração a análise apenas em cima do balanço e da DRE.

O estudo buscou contribuir com pesquisas futuras que tratem assuntos relacionados ao impacto da adoção das normas internacionais.

Sugere-se que seja realizado estudos com o maior número de empresas e com cálculo de outros índices que também sejam importantes para se analisar a posição financeira das empresas, a fim de buscar um resultado ainda mais completo.

## REFERÊNCIAS

CPC 26, 2011 **Apresentações das Demonstrações Contábeis, Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 1**. Disponível em: [http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312\\_CPC\\_26\\_R1\\_rev%2003.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2003.pdf) acesso em 24 out. 2014.

CPC 37, 2010 **Apresentações das Demonstrações Contábeis, Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 1**. Disponível em: [http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312\\_CPC\\_37\\_R1\\_rev%2003.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312_CPC_37_R1_rev%2003.pdf) acesso em 24 out. 2014.

CFC; IBRACON. **Sumario da comparação das práticas contábeis adotadas no brasil com as normas internacionais de contabilidade – IFRS**. São Paulo. 2006

eIFRS. **International Accounting Standard 1: Presentation of Financial Statements**. 2004. Disponível em: <http://eifrs.ifrs.org/eifrs/PdfAlone?id=12065&sidebarOption=Unaccompaniedlas> Acesso em: 21 de novembro. 2014.

ERNEST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de Normas Internacionais de Contabilidade: IFRS versus normas brasileiras**, 2.ed, São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IFRS: **IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras. 2013. Disponível em:**

<<http://www.ifrs.org/IFRSs/IFRS-technical-summaries/Documents/Portuguese%20Web%20Summaries%202013/IAS%201.pdf>>  
acesso em 11/11/2014.

KLANN, R. C. *et al.* **Impacto das diferenças entre as Normas contábeis brasileiras e americanas nos indicadores de desempenho de empresas brasileiras participantes da governança corporativa.** In: XXXII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD), 2008. Rio de Janeiro. *Anais...*Rio de Janeiro: EnANPAD, 2008.

KPMG NO BRASIL: **IFRS HOJE.** 1.ed. mar/abr 2008. Disponível em<[http://www.kpmg.com.br/publicacoes/audit/IFRS/IFRS\\_Hoje\\_1\\_mar\\_08.pdf](http://www.kpmg.com.br/publicacoes/audit/IFRS/IFRS_Hoje_1_mar_08.pdf)>  
acesso em 07 set 2014

LEMES, Sirlei. CARVALHO, Nelson. **Contabilidade Internacional para Graduação: texto, estudos de casos e questões de múltipla escolha.** São Paulo: Atlas 2012

MADEIRA, Geová José. **Harmonização de Normas Contábeis: um estudo sobre as Divergências entre Normas Contábeis Internacionais e seus Reflexos na Contabilidade Brasileira.** Revista Brasileira de Contabilidade Novembro/Dezembro/2004.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**, 6.ed, São Paulo: Atlas, 2010.

McMANUS, K. J. **IFRS – implantação das normas internacionais de contabilidade e da Lei nº. 11638 no Brasil – Aspectos práticos e contábeis relevantes.** São Paulo.Quartier Latim, 2009.

MOURAD, NABIL AHMAD; PARASKEVOPOLUS, ALEXANDRE. **IFRS – Introdução as normas internacionais de contabilidade.** São Paulo. Atlas. 2010.

PADOVEZE, C,L; BENEDICTO, G.C,LEITE, J.S.J; **Manual de Contabilidade Internacional IFRS US Gaap e BR Gaap.** São Paulo. Cengage Learning. 2012.

PEREZ, J.H.J, **CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**,7.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PEREZ, J.H.J; BEGALLI, G.A; **Elaboração e Análise das Demonstrações Contábeis**, 4.ed, São Paulo: Atlas, 2009.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. Metodologia da pesquisa em administração. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, José Odálio. **Análise de Crédito – Segmentos: Empresas, Pessoas Físicas, Varejo, Agronegócio e Pecuária.** 5ª edição. Atlas. 2012.



SILVA, José Pereira da. **Análise Financeira das Empresas**. 11ª Edição. Atlas. 2012.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.